



Tel. (61) 3215-5941 e 3215-3941
E-mail: dep.jesussergio@camara.leg.br

- a) Quais são as medidas que o Ministério da Justiça e Segurança Pública tomou depois do assassinato de 55 presos do Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus?
- b) Inspectores do Subcomitê sobre Tortura da ONU visitaram o Complexo Penitenciário Anísio Jobim em 2015 e recomendaram diminuição da superlotação, aumento do número de funcionários, treinamento, assistência médica aos presos, combate à tortura e maus tratos, o que segundo a ONU, ajudaria a diminuir a influência do crime organizado no presídio. Quais mudanças estão sendo implantadas para adequação às recomendações?
- c) Qual o andamento das investigações para esclarecer as 55 mortes e levar os responsáveis à Justiça?



JUSTIFICAÇÃO

O massacre ocorrido no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus no dia 28 de maio próximo passado, onde 40 presos foram assassinados, aparentemente a mando de facção criminosa para vingar a morte de outros 15 presos no dia anterior, não é uma tragédia isolada no presídio de Manaus.

Em 2015 inspetores da ONU visitaram o local. A missão havia sido conduzida pelo Subcomitê sobre a Tortura da ONU, com a autorização do governo brasileiro. Violência, tortura, unidades superlotadas, falta de condições mínimas de habitabilidade das celas foram detectadas pelas autoridades, para as quais, esses eram elementos potencializadores de tragédias como a que veio ocorrer agora.

Para a ONU, o Complexo Penitenciário de Manaus já era exemplo negativo de cuidados do Estado com os presos desde 2012, quando abrigava 1,2 mil detentos em ambientes com capacidade para apenas 450. À época as Nações Unidas já alertavam para as 12 mortes ocorridas dentro do presídio.

Em 2017 outros 56 detentos foram assassinados no Complexo Penitenciário Anísio Jobim em Manaus. O governo do Estado anunciou a criação de uma força-tarefa para realizar as investigações e levar os responsáveis para julgamento e recebeu reconhecimento positivo da ONU pela providência tomada.

Porém na sua manifestação as Nações Unidas alertaram as autoridades brasileiras que apenas punir aqueles que cometeram os atos não seria suficiente. “Estados precisam garantir que as condições de detenção sejam compatíveis com a proibição da tortura e um tratamento degradante, cruel e desumano. Essas condições precisam também ser compatíveis com o direito de todas as pessoas presas de ser tratadas com humanidade e com respeito à sua dignidade inerente”, disse a entidade. Segundo o organismo internacional, situações como as vividas no presídio de Manaus fortalecem a ação das facções sobre os detentos, criando um poder paralelo ao do Estado.

Com base nessas afirmações solicito que sejam respondidos os questionamentos acima elencados e peço ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, no mais breve prazo possível, as informações solicitadas.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 2019.

JESUS SÉRGIO
Deputado Federal – PDT/AC